

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR
9. OUTROS ATIVOS
10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
15. ATIVO BIOLÓGICO
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
17. DEBÊNTURES
18. FORNECEDORES
19. PARTES RELACIONADAS
20. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
23. RESULTADO POR AÇÃO
24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
29. SEGUROS
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS
32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
33. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO
34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
35. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA
36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Irani Papel e Embalagem S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irani Papel e Embalagem S.A. (“Companhia”), é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, segmento Novo Mercado, e com sede na Rua General João Manoel, nº 157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas empresas do Grupo Habitasul.

1.1. Coronavírus (COVID 19)

O início do ano de 2021 foi marcado pela síndrome aguda respiratória grave COVID-19, ou Coronavírus, declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Durante os meses subsequentes ao início da pandemia, a Companhia tomou ações com objetivo de melhorar as condições de trabalho e auxiliar na qualidade de vida dos seus colaboradores, e também das comunidades em que vivem, dos quais podemos destacar: (i) doações de máscaras de proteção para todos os colaboradores; (ii) adequação de postos de trabalho para melhorar as condições de afastamento necessárias para as operações; (iii) adequação e melhoria nas dependências dos restaurantes das unidades industriais para atender as normas de proteção necessárias; (iv) para os trabalhadores em *home office* a Companhia está concedendo ajuda de custo para despesas pessoais com internet e energia elétrica, além de fornecer cadeira adequada para que os colaboradores exerçam suas atividades em suas casas.

As operações industriais da Companhia seguem em ritmo normal de produção e comercialização e a Administração avalia periodicamente as medidas de enfrentamento ao Coronavírus. Continuam sendo tomadas todas as medidas necessárias para minimizar ao máximo o impacto da COVID-19 nas suas operações, e principalmente nos colaboradores e seus familiares.

Ciente da importância para as comunidades onde atua e do seu papel no cenário econômico brasileiro, a Companhia já participa de iniciativas para o combate à COVID-19, com ações que contam também com a mobilização de diferentes recursos e experiências da Companhia, com foco em saúde e assistência social, priorizando o cuidado com as comunidades nas regiões nas quais a empresa possui operações. Dentre essas iniciativas, podemos destacar: i) Doação de EPIs como luvas, máscaras, álcool gel, avental e touca aos órgãos de saúde dos municípios do entorno de nossas unidades; ii) Doação de recursos financeiros ao Fundo Empresarial para Reação Articulada de Santa Catarina Contra o Coronavírus (FERA-SC), iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), e que tem por objetivo a aquisição de equipamentos e soluções de combate ao Coronavírus; iii) Doação de caixas para nosso cliente Carlezani utilizar na doação de água sanitária, em parceria com a Unipar. O produto destinava-se à limpeza de diversos locais pelas prefeituras de São Paulo, Cubatão e Rio Grande da Serra; iv) Doação de chapas de papelão ondulado para produção de caixas para transportar máscaras de proteção destinadas a médicos e enfermeiros que estavam na linha de frente do combate à COVID-19.

Ainda no primeiro trimestre de 2021, R\$ 472 foram destinados à continuidade das iniciativas de combate à pandemia provocada pelo coronavírus. Este recurso permitiu que a Companhia fosse apoiadora de um movimento realizado pelo Instituto Cultural Floresta no Rio Grande do Sul, por meio da compra de dois respiradores doados ao Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre. No segundo trimestre, parte deste recurso foi utilizado para um novo conjunto de doações de materiais como luvas, álcool gel, avental, cesta básica, luva descartável, máscaras, oxímetro, respirador, termômetro e testes rápidos para municípios no entorno de suas unidades nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O terceiro trimestre contou com a adesão da Companhia à campanha Unidos pela Vacina, um movimento da sociedade civil que reúne centenas de entidades, empresas, associações e ONGs. As doações da Companhia somaram aproximadamente R\$ 120 e beneficiaram mais de 20 municípios catarinenses.

No entendimento da Administração, as medidas tomadas no período – e que estão em constante reavaliação – buscaram manter o nível de serviço e qualidade operacional que prezamos em nossas operações, além de buscar assegurar a saúde e bem-estar dos nossos colaboradores, fornecedores e clientes e da sociedade como um todo, apoiando o cumprimento das medidas determinadas pelas autoridades públicas. Continuaremos atuando de maneira a preservar a saúde de todos, sempre vigilantes e prontos a fazer correções de rumo conforme a evolução da situação.

Com base nas projeções de longo prazo que contemplam os fluxos de caixa projetados, a Companhia entende ter condições suficientes de manter a continuidade operacional. Da mesma forma, as projeções não apresentam qualquer indicativo de necessidade de reconhecimento de *impairment* por não recuperabilidade de seus ativos imobilizados ou do *goodwill* gerado em combinação de negócios. Também não foram identificados indicativos de necessidade de alteração das premissas utilizadas para cálculo do valor

justo dos Ativos Biológicos da Companhia, em especial a taxa de desconto dos seus fluxos de caixa projetados.

Ainda, a Companhia vem mantendo avaliações de prorrogações pontuais conforme as solicitações específicas de cada cliente, e não identificou nenhum indicativo de não recebimento ou perdas diferentes das premissas anteriormente adotadas. Em relação a cadeia de suprimentos também não foi identificado qualquer indicativo de desabastecimento ou dificuldades de fornecimentos que possam prejudicar a cadeia produtiva por falta de insumos e matérias primas.

Em nossas unidades, continuamos aprimorando nossos protocolos de enfrentamento ao COVID-19, intensificando ações de conscientização e fiscalização do uso correto de máscaras, higienização, uso de álcool gel e distanciamento. Não tivemos casos graves de funcionários contaminados e não tivemos paralisações das atividades industriais e administrativas.

Mantemos o contingente de colaboradores da área comercial e administrativa trabalhando em *home office* e o afastamento preventivo dos colaboradores da área industrial com qualquer sintoma de COVID-19, evitando desta forma qualquer foco interno de contaminação e transmissão do vírus.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de outubro de 2021.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos despesas para vender, e instrumentos financeiros descritos nas notas explicativas nº 15 e nº 30, respectivamente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das referidas demonstrações financeiras intermediárias do período de nove meses findo em

30 de setembro de 2021 estão consistentes com aquelas aplicadas na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2020 e nelas descritas na nota explicativa 3.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)	Atividade	30.09.21	31.12.20
Empresas controladas - participação direta			
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	99,99	99,99
Irani Soluções para E-Commerce LTDA **	Comércio eletrônico de embalagens	100,00	99,56
Irani Ventures LTDA	Participação em outras sociedades ou empreendimentos	100,00	-

* não operacional.

** Anteriormente Irani Geração de Energia Sustentável LTDA.

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Fundo fixo	19	19	20	20
Bancos	9.602	4.403	9.689	4.424
Aplicações financeiras de liquidez imediata i)	12.084	31.287	32.011	49.816
Total de caixa e equivalentes de caixa	21.705	35.709	41.720	54.260
Aplicações financeiras ii)	321.457	291.972	321.457	291.972
Total de aplicações financeiras	321.457	291.972	321.457	291.972
Total caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras	343.162	327.681	363.177	346.232

- i) As aplicações financeiras de liquidez imediata têm a finalidade de atender a necessidade de caixa imediata da Companhia.
- ii) As aplicações financeiras têm a finalidade de atender os compromissos não imediatos da Companhia, que se referem basicamente aos investimentos do projeto de expansão em andamento.

As aplicações financeiras de liquidez imediata e as aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 102,1% (105,4 % em 31 de dezembro de 2020) do CDI e possuem carência inferior a 83 dias.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	261.922	201.520	262.422	202.870
Clientes - partes relacionadas	22	-	-	-
Clientes - mercado externo	38.360	22.875	38.360	22.875
Clientes - renegociação	11.080	11.712	11.080	11.712
	<u>311.384</u>	<u>236.107</u>	<u>311.862</u>	<u>237.457</u>
Perdas estimadas em contas a receber de clientes	(30.402)	(30.535)	(30.563)	(30.814)
	<u>280.982</u>	<u>205.572</u>	<u>281.299</u>	<u>206.643</u>
Parcela do circulante	278.360	201.399	278.677	202.470
Parcela do não circulante	2.622	4.173	2.622	4.173

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
À vencer	267.936	189.816	268.150	190.755
Vencidos até 30 dias	11.111	12.287	11.212	12.373
Vencidos de 31 a 60 dias	1.766	1.146	1.766	1.155
Vencidos de 61 a 90 dias	415	24	415	33
Vencidos de 91 a 180 dias	68	1.116	68	1.116
Vencidos há mais de 180 dias	30.088	31.718	30.251	32.025
	<u>311.384</u>	<u>236.107</u>	<u>311.862</u>	<u>237.457</u>

A Companhia constitui provisão para perdas estimadas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda obtidas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Consolidado

Exposição ao risco de crédito e perdas de créditos

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 30.09.2021	Provisão para perda estimada em 30.09.2021
A vencer	0,21%	268.150	(559)
Vencidos até 30 dias	0,27%	11.212	(30)
Vencidos de 31 e 180 dias	28,01%	2.249	(630)
Vencidos acima de 181 dias	97,00%	30.251	(29.344)
		311.862	(30.563)

Consolidado

Exposição ao risco de crédito e perdas de créditos

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2020	Provisão para perda estimada em 31.12.2020
A vencer	0,28%	190.755	(528)
Vencidos até 30 dias	0,20%	12.373	(25)
Vencidos de 31 e 180 dias	24,09%	2.304	(555)
Vencidos acima de 181 dias	92,76%	32.025	(29.706)
		237.457	(30.814)

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 30 de setembro de 2021 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 97% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Saldo no início do período	(30.535)	(29.414)	(30.814)	(29.414)
Provisões para perdas reconhecidas	-	(1.121)	-	(1.400)
Reversão de provisões para perdas reconhecidas	133	-	251	-
Saldo no final do período	(30.402)	(30.535)	(30.563)	(30.814)

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 84.141 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 e nº 17, em 30 de setembro de 2021.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Produtos acabados	51.768	39.153	52.760	39.154
Materiais de produção	30.192	31.361	30.196	31.400
Materiais de consumo	25.520	21.677	25.635	21.776
Outros estoques	576	683	576	683
	<u>108.056</u>	<u>92.874</u>	<u>109.167</u>	<u>93.013</u>
Redução ao valor realizável líquido	(36)	(36)	(36)	(36)
	<u>108.020</u>	<u>92.838</u>	<u>109.131</u>	<u>92.977</u>

O custo dos estoques reconhecido nas demonstrações do resultado não inclui redução ao valor realizável líquido. O montante reconhecido em outras receitas/despesas operacionais líquidas como redução ao valor realizável líquido referia-se à provisão de estoques da operação descontinuada.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia não reconheceu provisões relacionadas a seus estoques.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Saldo no início do período	(36)	(2.408)	(36)	(2.408)
Estoques obsoletos baixados	-	343	-	343
Reversão da provisão ao valor realizável líquido	-	2.029	-	2.029
Saldo no final do período	<u>(36)</u>	<u>(36)</u>	<u>(36)</u>	<u>(36)</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos a recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
ICMS	16.118	7.431	16.119	7.431
PIS/COFINS	8.062	92.638	8.071	92.638
IPI	126	153	126	153
IRRF s/ aplicações	-	-	2	1
Outros	1.304	381	1.318	392
	<u>25.610</u>	<u>100.603</u>	<u>25.636</u>	<u>100.615</u>
Parcela do circulante	17.138	73.165	17.164	73.167
Parcela do não circulante	8.472	27.438	8.472	27.448

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e aquisição interestadual de matéria prima pela unidade Resina/RS, pela qual a Companhia avalia a possibilidade de venda de créditos à terceiros.

Os saldos de créditos de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2020 eram basicamente referentes ao direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos relacionados aos processos. Os créditos descritos a seguir foram integralmente utilizados para compensação de débitos próprios de IPI, PIS e COFINS:

- i) Processo Judicial nº 2006.34.00.035946-0 (Irani Papel e Embalagem S.A.). A Companhia ajuizou em 29 de novembro de 2006 medida judicial buscando a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS, tendo obtido obtido decisão favorável pela qual fica garantido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS para o período a partir de novembro de 2001. Diante disso, estimou-se o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 143.157 (R\$ 81.282 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 61.875 referente a atualização pela SELIC) correspondente as competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (novembro de 2006) até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69. A Companhia reconheceu o crédito nas demonstrações financeiras, sendo que o critério de ganho “praticamente certo” foi concretizado em 14 de outubro de 2019 com o trânsito em julgado do processo judicial, assim como o deferimento do Pedido de Habilitação de Crédito nº 11080.746434/2019-41 ocorrido em 24 de dezembro de 2019.

- ii) Processo Judicial nº 5035712-95.2016.4.04.7100 (Irani Papel e Embalagem S.A. na qualidade de sucessora da empresa Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.). A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de recuperar valores relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS da empresa sucedida do período de maio de 2011 a 30 de dezembro de 2014 (data da incorporação). Diante disso, estimou-se o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 17.614 (R\$ 10.585 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 7.029 referente a atualização pela SELIC) correspondentes às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (maio de 2016) até a competência de dezembro de 2014 (data da incorporação), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69. A Companhia reconheceu o crédito nas demonstrações financeiras, após o trânsito em julgado definitivo da decisão favorável à Companhia, o qual foi obtido em 18 de setembro de 2020, assim como o deferimento do Pedido de Habilitação de Crédito nº 10166.749523/2020-71 ocorrido em 10 de novembro de 2020.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
IRPJ a recuperar	18.527	-	18.527	-
CSLL a recuperar	6.670	-	6.670	-
	<u>25.197</u>	<u>-</u>	<u>25.197</u>	<u>-</u>
Parcela do circulante	-	-	-	-
Parcela do não circulante	25.197	-	25.197	-

A Companhia ajuizou em 2013 a Ação Ordinária nº 0042549-88.2013.4.01.3400/DF, objetivando, entre outros pedidos, a inexigibilidade do IRPJ e CSLL sobre as quantias recebidas a título de restituição de tributos declarados indevidos, especialmente quanto a correção monetária e juros moratórios incidentes nestas restituições.

No dia 27 de setembro de 2021 o STF julgou o RE 1.063.187 RG/SC - Tema 962, em sede de repercussão geral, declarando constitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

No dia 19 de outubro de 2021 a Companhia protocolou pedido de Tutela de Evidência junto ao TRF1 para que o recurso de Apelação interposto seja julgado conforme entendimento que o STF aplicou sobre o tema, o qual aguarda análise.

Diante do julgamento acima mencionando em sede de repercussão geral no STF, considerando provável êxito de nossa ação da Companhia, em conformidade com o CPC 32/IAS 12, a Companhia reconheceu, neste trimestre, a título de IRPJ e CSLL sobre taxa

Selic na repetição de indébito o valor de R\$ 25.197, no resultado como IRPJ e CSLL corrente.

9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Adiantamento a fornecedores	489	2.476	498	2.476
Créditos com funcionários	2.721	2.481	2.943	2.614
Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A	4.003	4.003	4.003	4.003
Despesas antecipadas	855	1.684	855	1.684
Crédito a receber junto à Irani Participações S.A	-	2.495	-	2.495
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios.	4.443	-	4.443	-
Outros créditos	1.215	2.275	1.247	2.307
	<u>13.726</u>	<u>15.414</u>	<u>13.989</u>	<u>15.579</u>
Parcela do circulante	9.283	15.414	9.519	15.552
Parcela do não circulante	4.443	-	4.470	27

O saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, refere-se à operação de venda Imóveis Rurais realizada no exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

O saldo a receber de Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP – Precatórios refere-se a Ação Ordinária nº 1030021-89.2014.8.26.0053 que teve declarada a favor da Companhia a inexigibilidade dos juros de mora incidentes sobre os valores de ICMS parcelados administrativamente com taxa superior à SELIC. O valor atualizado do referido precatório emitido em 6 de julho de 2021 é de R\$ 4.443, o qual a Companhia estima realizar até o final de 2022.

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda, pela condição dos ativos, pela alta probabilidade da realização de venda e pelo empenho na realização da venda pela Administração da Companhia, conforme critérios de classificação definidos pelo CPC 31/IFRS 5.

Em dezembro de 2019, foi assinado Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, para a venda do imóvel industrial onde estava localizada a fábrica de embalagem de papelão ondulado, no valor de R\$ 41.200. A concretização da transação está sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes. Durante o exercício de 2020, algumas condições precedentes de cunho ambiental e relativas ao imóvel não foram possíveis de serem cumpridas em virtude da pandemia da COVID-19 que impôs severas

restrições à circulação de pessoas e funcionamento de órgãos públicos. Diante disso, a Companhia firmou, em dezembro de 2020 aditamento ao Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda prevendo adiamento de prazo para cumprimento das referidas condições precedentes.

Devido as condições precedentes ainda não cumpridas relativas a: i) Desmobilização da área; ii) Regularizações relativas ao imóvel junto as matrículas no Cartório de Registro de Imóveis, e seguindo orientações do CPC 47/IFRS 15, não houve reconhecimento das receitas e despesas dessas operações nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2021.

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda

Durante o exercício de 2019 foi reconhecida provisão de R\$ 53.122 para redução do valor contábil ao valor recuperável (valor justo deduzido de custo para venda) do grupo de ativos mantido para venda. A provisão foi registrada na demonstração do resultado do exercício da operação descontinuada do respectivo ano.

(b) Ativos mantidos para venda

Em 30 de setembro de 2021, o grupo de ativos mantidos para venda está apresentado ao valor justo menos custo para venda e compreendia os seguintes ativos:

Ativos mantidos para venda

	30.09.21	31.12.20
Prédios e terrenos	41.200	41.200
Ativos mantidos para venda	<u>41.200</u>	<u>41.200</u>

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Não há ganhos acumulados ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo de R\$ 41.200 para o grupo de ativos mantidos para venda, foi realizada com base no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda mencionado acima.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou, para o exercício de 2021 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Não houve alteração na forma de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre as variações cambiais com relação ao ano anterior.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	7.437	9.735	7.437	9.735
Sobre prejuízo fiscal	28.636	48.524	28.636	48.524
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	2.677	3.504	2.677	3.504
Sobre base negativa	10.309	17.469	10.309	17.469
	49.059	79.232	49.059	79.232
PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	416	304	416	304
Valor justo dos ativos biológicos	34.445	29.194	35.823	30.253
Custo atribuído do ativo imobilizado	117.329	120.360	119.267	122.298
Subvenção governamental	42	40	42	40
Amortização ágio fiscal	25.158	25.158	25.158	25.158
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	150	109	150	109
Valor justo dos ativos biológicos	12.400	10.510	13.144	11.082
Custo atribuído do ativo imobilizado	42.239	43.330	42.937	44.028
Subvenção governamental	15	14	15	14
Amortização ágio fiscal	9.057	9.057	9.057	9.057
	241.251	238.076	246.009	242.343
Passivo de imposto diferido (líquido)	192.192	158.844	196.950	163.111

Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os impostos diferidos ativos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Período	Ativo de imposto diferido	Controladora e Consolidado
		30.09.21
2021		5.040
2022		23.758
2023		20.262
		49.059

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora e Consolidado ativo	Saldo inicial 01.01.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20
-------------------------------------	---------------------------	-----------------------------	-------------------------

Impostos diferidos ativos com relação a:

Provisão para riscos diversos	(13.508)	269	(13.239)
Total diferenças temporárias	(13.508)	269	(13.239)
Prejuízo fiscal e base negativa	(57.717)	(8.276)	(65.993)
	(71.225)	(8.007)	(79.232)

Controladora e Consolidado ativo	Saldo inicial 01.01.21	Reconhecido no resultado	Saldo final 30.09.21
-------------------------------------	---------------------------	-----------------------------	-------------------------

Impostos diferidos ativos com relação a:

Provisão para riscos diversos	(13.239)	3.125	(10.114)
Total diferenças temporárias	(13.239)	3.125	(10.114)
Prejuízo fiscal e base negativa	(65.993)	27.048	(38.945)
	(79.232)	30.173	(49.059)

Controladora passivo	Saldo inicial 01.01.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 30.09.21
----------------------	---------------------------	-----------------------------	-------------------------	-----------------------------	-------------------------

Impostos diferidos passivos com relação a:

Variação cambial reconhecida por caixa	252	161	413	153	566
Valor justo dos ativos biológicos	37.290	2.414	39.704	7.141	46.845
Custo atribuído e revisão da vida útil	169.287	(5.597)	163.690	(4.122)	159.568
Subvenção governamental	264	(210)	54	3	57
Carteira de clientes	589	(589)	-	-	-
Amortização ágio fiscal	29.734	4.481	34.215	-	34.215
	237.416	660	238.076	3.175	241.251

Consolidado passivo	Saldo inicial 01.01.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.20	Reconhecido no resultado	Saldo final 30.09.21
---------------------	---------------------------	-----------------------------	-------------------------	-----------------------------	-------------------------

Impostos diferidos passivos com relação a:

Variação cambial reconhecida por caixa	252	161	413	153	566
Valor justo dos ativos biológicos	38.716	2.619	41.335	7.632	48.967
Custo atribuído e revisão da vida útil	171.923	(5.597)	166.326	(4.122)	162.204
Subvenção governamental	264	(210)	54	3	57
Carteira de clientes	589	(589)	-	-	-
Amortização ágio fiscal	29.734	4.481	34.215	-	34.215
	241.478	865	242.343	3.666	246.009

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Soluções para E-Commerce	Irani Ventures	Total
Em 31 de dezembro de 2019	<u>56.132</u>	<u>75.672</u>	<u>541</u>	<u>248</u>	<u>-</u>	<u>132.593</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(10.703)	14.080	(541)	(238)	-	2.598
Dividendos propostos	-	(6.611)	-	-	-	(6.611)
Aporte de capital (i) e (ii)	17.000	10.044	-	-	-	27.044
Adiantamento futuro aumento capital (i)	(9.000)	-	-	-	-	(9.000)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>53.429</u>	<u>93.185</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>146.624</u>
Resultado da equivalência patrimonial	4.847	16.169	(5)	(251)	(43)	20.717
Dividendos propostos	-	(14.080)	-	-	-	(14.080)
Aporte de capital (i) (ii) e (iii)	-	-	20	631	2.500	3.151
Adiantamento futuro aumento capital (i)	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2021	<u>58.276</u>	<u>95.274</u>	<u>15</u>	<u>390</u>	<u>2.457</u>	<u>156.412</u>
	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Soluções para E-Commerce	Irani Ventures	
Em 30 de setembro de 2021						
Circulante						
Ativo	6.679	25.645	17	439	2.504	
Passivo	(2.392)	(239)	(2)	(49)	(47)	
Ativo/Passivo Circulante Líquido	<u>4.287</u>	<u>25.406</u>	<u>15</u>	<u>390</u>	<u>2.457</u>	
Não Circulante						
Ativo	57.834	71.252	-	-	-	
Passivo	(3.845)	(1.380)	-	-	-	
Ativo/Passivo Não Circulante Líquido	<u>53.989</u>	<u>69.872</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Patrimônio Líquido	<u>58.276</u>	<u>95.278</u>	<u>15</u>	<u>390</u>	<u>2.457</u>	
Receita líquida	19.111	11.666	-	8	-	
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	5.471	17.149	(5)	(251)	(43)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(624)	(980)	-	-	-	
Resultado do período	<u>4.847</u>	<u>16.169</u>	<u>(5)</u>	<u>(251)</u>	<u>(43)</u>	
Participação no capital em %	100,00	99,99	100,00	100,00	100,00	

(i) Em 30 de novembro de 2020 ocorreu a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 17.000. Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram aprovados pela Companhia em 16 de setembro de 2020 no valor de R\$ 8.000, e em 11 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 9.000, e tiveram como finalidade suprir a necessidade de capital de giro na controlada.

Em 17 de setembro de 2021 ocorreu a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 300. Em 23 de junho de 2021, a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na controlada Irani Soluções para E-commerce Ltda, no valor de R\$ 300.

(ii) No exercício de 2020, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 10.044 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

Em 17 de setembro de 2021, Irani Soluções para E-commerce Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 331 integralizados em moeda corrente.

Em 17 de setembro de 2021, HGE Geração de Energia S.A. recebeu aporte de capital da controladora Irani Papel e Embalagem S.A., no valor de R\$ 20 integralizados em moeda corrente.

- (iii) Em 10 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição da empresa Irani Ventures Ltda, subsidiária integral da Companhia, com o objetivo de investir em *startups* selecionadas, com soluções inovadoras, com produtos e serviços de alta tecnologia, já validados pelo mercado e com alto potencial de crescimento, de acordo com a tese de investimento da empresa, devidamente homologado pelo Comitê de Investimento. O total do aporte aprovado é de R\$ 10.000, o qual foi integralizado no ato R\$ 2.500 e os R\$ 7.500 restantes serão integralizados semestralmente, pelo período de 3(três) semestres.

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	18.704	3.030	21.734
Baixas/Alienações	(18)	-	(18)
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	18.686	2.855	21.541
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.522)	(2.522)
Saldo contábil líquido	18.686	2.855	21.541
 Em 30 de setembro de 2021			
Saldo inicial	18.686	2.855	21.541
Depreciação	-	(130)	(130)
Saldo contábil líquido	18.686	2.725	21.411
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.652)	(2.652)
Saldo contábil líquido	18.686	2.725	21.411

Consolidado

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	2.545	3.030	5.575
Transferências de Imobilizado	16.159	-	16.159
Baixas/Alienações	(18)	-	(18)
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	18.686	2.855	21.541
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.522)	(2.522)
Saldo contábil líquido	18.686	2.855	21.541
 Em 30 de setembro de 2021			
Saldo inicial	18.686	2.855	21.541
Depreciação	-	(130)	(130)
Saldo contábil líquido	18.686	2.725	21.411
Custo	18.686	5.377	24.063
Depreciação acumulada	-	(2.652)	(2.652)
Saldo contábil líquido	18.686	2.725	21.411

Terrenos

Refere-se, principalmente:

- i. terrenos mantidos pela Companhia, para uso imobiliário futuro, localizados no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição de R\$ 16.094. As áreas são objetos de estudo para projetos de desenvolvimento imobiliário (loteamento) ainda em fase inicial. Anteriormente eram mantidos pela controladora para futuras instalações de parques eólicos, que seriam desenvolvidos pela Companhia, e por este motivo estes terrenos não eram considerados propriedade para investimento no consolidado.
- ii. terreno recebido em 2019 pela Companhia em troca de créditos a receber de cliente no valor de R\$ 2.432, sendo que o total de créditos a receber era de R\$ 2.709. A diferença foi reconhecida no resultado como desconto financeiro no valor de R\$ 277.

Edificações

Refere-se a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC, no valor de R\$ 2.725 (líquido de depreciação, a taxa de 4% a.a). Tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

As edificações classificadas como propriedades para investimentos geram receitas pelos aluguéis, e também despesas operacionais necessárias para manutenção das condições de uso dos imóveis. Ambos são reconhecidos no resultado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.21	30.09.20
Receitas de aluguéis	306	208
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(495)	(665)

As propriedades para investimento estão avaliadas em 30 de setembro de 2021 ao custo histórico. Para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos para vender, no montante de R\$ 39.021 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2020. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes e internos, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A hierarquia do valor justo das avaliações é de nível 2.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2020								
Saldo inicial	120.685	126.803	304.833	4.365	4.788	65.378	8.941	635.793
Aquisições	-	5.377	18.865	836	1.879	24.761	-	51.718
Baixas/Alienações	-	(143)	(961)	(4)	(132)	-	-	(1.240)
Transferências	-	6.217	49.908	-	1.293	(57.418)	-	-
Depreciação	-	(7.715)	(44.517)	(1.668)	(1.714)	-	(645)	(56.259)
Crédito de PIS e COFINS	-	16	410	6	9	305	-	746
Manitidos para venda	-	-	380	-	-	-	-	380
Saldo contábil líquido	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Custo	120.685	207.041	953.402	15.773	27.279	33.026	16.099	1.373.305
Depreciação acumulada	-	(76.486)	(624.484)	(12.238)	(21.156)	-	(7.803)	(742.167)
Saldo contábil líquido	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Em 30 de setembro de 2021								
Saldo inicial	120.685	130.555	328.918	3.535	6.123	33.026	8.296	631.138
Aquisições	-	1.816	10.348	1.873	2.571	218.072	-	234.680
Baixas/Alienações	-	-	(5.440)	(34)	(13)	(10)	-	(5.497)
Transferências	-	267	9.368	-	131	(9.766)	-	-
Depreciação	-	(3.887)	(36.903)	(1.225)	(1.708)	-	(483)	(44.206)
Crédito de PIS e COFINS	-	7	205	2	7	176	-	397
Saldo contábil líquido	120.685	128.738	306.496	4.151	7.111	241.498	7.813	816.512
Custo	120.685	209.131	967.883	17.614	29.975	241.498	16.099	1.602.885
Depreciação acumulada	-	(80.373)	(661.387)	(13.463)	(22.864)	-	(8.286)	(786.373)
Saldo contábil líquido	120.685	128.738	306.496	4.151	7.111	241.498	7.813	816.512

Consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em inovação de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2020								
Saldo inicial	153.028	127.756	304.970	4.856	4.855	65.379	8.941	669.785
Aquisições	-	5.377	18.865	836	1.882	25.032	-	51.992
Baixas/Alienações	-	(143)	(961)	(4)	(132)	-	-	(1.240)
Transferências	-	6.217	49.908	-	1.293	(57.418)	-	-
Transferências - Prop. para Investimento	(16.159)	-	-	-	-	-	-	(16.159)
Depreciação	-	(7.875)	(44.558)	(1.831)	(1.737)	-	-	(56.646)
Cŕdito de PIS e COFINS	-	16	410	6	9	305	-	746
Mantidos para venda	-	-	380	-	-	-	-	380
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(16)	-	-	(16)
Saldo contábil líquido	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Custo	136.869	211.467	953.671	16.861	27.785	33.298	16.099	1.396.050
Depreciação acumulada	-	(80.119)	(624.657)	(12.998)	(21.631)	-	(7.803)	(747.208)
Saldo contábil líquido	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Em 30 de setembro de 2021								
Saldo inicial	136.869	131.348	329.014	3.863	6.154	33.298	8.296	648.842
Aquisições	-	1.816	10.349	1.873	2.578	218.553	-	235.169
Baixas/Alienações	-	-	(5.440)	(34)	(13)	(10)	-	(5.497)
Transferências	-	267	9.368	-	131	(9.766)	-	-
Depreciação	-	(4.007)	(36.928)	(1.302)	(1.723)	-	(483)	(44.443)
Cŕdito de PIS e COFINS	-	7	205	2	7	176	-	397
Saldo contábil líquido	136.869	129.431	306.568	4.402	7.134	242.251	7.813	834.468
Custo	136.869	213.557	968.153	18.702	30.488	242.251	16.099	1.626.119
Depreciação acumulada	-	(84.126)	(661.585)	(14.300)	(23.354)	-	(8.286)	(791.651)
Saldo contábil líquido	136.869	129.431	306.568	4.402	7.134	242.251	7.813	834.468

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	104.380	-	19.859	16.994	141.233
Aquisições	-	-	4.175	-	4.175
Transferências	-	-	16.994	(16.994)	-
Amortização	-	-	(4.675)	-	(4.675)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	5	-	5
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Custo	104.380	5.347	53.513	-	163.240
Amortização acumulada	-	(5.347)	(17.155)	-	(22.502)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Em 30 de setembro de 2021					
Saldo inicial	104.380	-	36.358	-	140.738
Aquisições	-	-	104	589	693
Transferências	-	-	589	(589)	-
Amortização	-	-	(4.021)	-	(4.021)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	1	-	1
Saldo contábil líquido	104.380	-	33.031	-	137.411
Custo	104.380	5.347	54.207	-	163.934
Amortização acumulada	-	(5.347)	(21.176)	-	(26.523)
Saldo contábil líquido	104.380	-	33.031	-	137.411
Consolidado	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	104.380	-	20.615	16.994	141.989
Aquisições	-	-	4.174	-	4.174
Transferências	-	-	16.994	(16.994)	-
Amortização	-	-	(4.675)	-	(4.675)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	5	-	5
<i>Impairment</i>	-	-	(755)	-	(755)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Custo	104.380	5.347	53.517	-	163.244
Amortização acumulada	-	(5.347)	(17.159)	-	(22.506)
Saldo contábil líquido	104.380	-	36.358	-	140.738
Em 30 de setembro de 2021					
Saldo inicial	104.380	-	36.358	-	140.738
Aquisições	-	-	104	589	693
Transferências	-	-	589	(589)	-
Amortização	-	-	(4.021)	-	(4.021)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	1	-	1
Saldo contábil líquido	104.380	-	33.031	-	137.411
Custo	104.380	5.347	54.211	-	163.938
Amortização acumulada	-	(5.347)	(21.180)	-	(26.527)
Saldo contábil líquido	104.380	-	33.031	-	137.411

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	30.09.21	31.12.20
Prédios e construções *	2,73	2,50
Equipamentos e instalações **	7,95	6,78
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
<i>Softwares</i>	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de *leasing* financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia, e a execução dos investimentos do Projeto Gaia I - Expansão da Recuperação de Químicos na Papel SC e do Projeto Gaia II - Expansão da Embalagem SC.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 é apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Administrativos	1.107	1.011	1.228	1.134
Produtivos	43.099	39.419	43.215	39.590
	<u>44.206</u>	<u>40.430</u>	<u>44.443</u>	<u>40.724</u>

A abertura da amortização do intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	30.09.20	30.09.21	30.09.20
Administrativos	837	636	837	636
Produtivos	3.184	2.706	3.184	2.706
	4.021	3.342	4.021	3.342

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Imediatamente antes da classificação inicial do grupo de ativos como mantido para venda, os valores contábeis dos ativos foram mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. A Companhia reconheceu a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) relativamente a redução inicial do grupo de ativo mantido para venda ao valor justo menos as despesas de venda.

Durante o exercício de 2020, foram identificados e reconhecidos valores de *impairment*, de imobilizados no valor de R\$ 16 e de intangíveis no valor de R\$ 755.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados nas notas explicativas nº 16 e 17.

g) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados à perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), com o custo do capital próprio calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) enquanto o custo da dívida considera o custo médio do endividamento. O WACC considera, portanto, os pesos dos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

<u>Premissas</u>	
Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	31,1%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (Wacc)	8,65%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no exercício.

A Companhia definiu como UGC para fins de teste de *impairment*, toda sua operação porque as suas principais atividades de papel para embalagens e embalagem de papelão ondulado são integradas entre si. Da mesma forma, as operações adquiridas em combinação de negócios da São Roberto S.A. em 2013 foram destes segmentos, e se juntaram as atividades já existentes na Companhia, tornando assim impossibilitada de segregar a UGC adquirida para teste de *impairment*.

O *goodwill* é alocado ao segmento de negócio, que representa o menor nível no qual o *goodwill* é monitorado pela Administração. O valor total do *goodwill* é alocado a UGC representada pelo segmento de “Papel para Embalagens”, que inclui ativos que não geram fluxos de caixa de forma independente.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo ou uma redução, respectivamente, de 5,0% na taxa de desconto e de 4,0% na taxa de crescimento, em conjunto, o valor recuperável se mantém superior ao valor contábil.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Custo de formação dos ativos biológicos	51.545	41.884	80.902	71.305
Diferencial do valor justo ativos biológicos	55.588	32.101	136.998	106.379
	107.133	73.985	217.900	177.684

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 178.385 (R\$ 140.947 em 31 de dezembro de 2020) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes, o montante de R\$ 134.782 (R\$ 97.729 em 31 de dezembro de 2020) se refere a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 39.515 (R\$ 36.737 em 31 de dezembro de 2020), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi abordagem de renda (*Income Approach*) com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperados do ativo, descontados a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- ii) O modelo adotado para determinar a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais, assumindo que um investidor requer, no

mínimo, o retorno oferecido por títulos considerados sem risco, acrescido do excedente de risco do investimento;

- iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		Impacto no valor justo dos ativos biológicos
	30.09.21	31.12.20	
Área plantada (hectare)	15.236	14.638	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	3,00%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	7,50%	7,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	8,00%	8,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	8,50%	8,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	70,00	60,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	35,3	35,3	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio Grande do Sul (*)	20,7	20,7	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

* O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina difere em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m³ por hectare/ano e atualizado nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.19	<u>66.298</u>	<u>154.518</u>
Plantio	5.110	8.344
Aquisição de floresta	8.220	8.220
Exaustão		
Custo histórico	(5.005)	(5.770)
Valor justo	(1.603)	(6.002)
Transferência para capitalização		
Resultado do período	(10.044)	-
Variação do valor justo	11.009	18.374
Saldo em 31.12.20	<u>73.985</u>	<u>177.684</u>
Plantio	4.458	7.112
Aquisição de floresta	6.991	6.991
Exaustão		
Custo histórico	(1.787)	(4.516)
Valor justo	(605)	(10.106)
Variação do valor justo	24.091	40.735
Saldo em 30.09.21	<u>107.133</u>	<u>217.900</u>

A exaustão dos ativos biológicos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi reconhecida no resultado do exercício, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

No exercício de 2020, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 10.044, na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas deram parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Esses contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nessas áreas sejam colhidas em um ciclo de até 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros é de aproximadamente 1,45 mil hectares e representa atualmente aproximadamente 9,5 % da área total com ativos biológicos da Companhia. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota explicativa nº 33.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

Circulante	Encargos anuais %	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Moeda nacional						
Finame	Fixo a 3,70%, TJLP + 5,40%, Selic + 3,82%	Real	488	970	488	970
Capital de giro	CDI + 4,51% e 149,5% do CDI	Real	36.493	19.911	36.493	19.926
Leasing financeiro	Fixo a 10,76% e CDI + 5,35%	Real	935	1.096	935	1.096
Total moeda nacional			37.916	21.977	37.916	21.992
Moeda estrangeira						
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo a 3,48%	Dólar	27.487	21.254	27.487	21.254
Banco De Lage Landen	8,20%	Dólar	-	252	-	252
Total moeda estrangeira			27.487	21.506	27.487	21.506
Total do circulante			65.403	43.483	65.403	43.498
Não Circulante						
Moeda nacional						
Finame	Fixo a 3,70%, TJLP + 5,40%, Selic + 3,82%	Real	425	315	425	315
Capital de giro	CDI + 4,51% e 149,5% do CDI	Real	-	34.663	-	34.663
Leasing financeiro	Fixo a 10,76% e CDI + 5,35%	Real	234	934	234	934
Total moeda nacional			659	35.912	659	35.912
Total do não circulante			659	35.912	659	35.912
Total			66.062	79.395	66.062	79.410
Vencimentos no longo prazo:			Controladora		Consolidado	
			30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
	2022		221	35.676	221	35.676
	2023		389	229	389	229
	2024 em diante		49	7	49	7
			659	35.912	659	35.912

b) Operações significativas no período

Conforme fato relevante de 28 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de financiamento com a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME (BNDES), no valor de até R\$ 484.000, destinado à execução dos investimentos previstos na Plataforma Gaia. A concessão do financiamento em favor da Companhia foi aprovada pela Diretoria do FINAME em 27 de maio de 2021, no âmbito da linha de crédito denominada FINAME DIRETO e o prazo de utilização da linha aprovada é de 2 (dois) anos prorrogável por mais 1 (ano).

O ingresso dos recursos ocorrerá mediante pedidos de liberação, na medida em que forem efetuados as aquisições e pagamento dos equipamentos da Plataforma Gaia. Não houve, até 30 de setembro de 2021, ingresso de recursos do referido financiamento.

c) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, propriedades para investimentos e cessão fiduciária de recebíveis no valor de R\$ 34.141, em 30 de setembro de 2021.

17. DEBÊNTURES

a) 3^a Emissão de Debêntures simples pública

Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de julho de 2019, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, composta por 505.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 505.000, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem vencimento final em 19 julho de 2025 e amortização em 3 parcelas anuais a partir de 19 de julho de 2023.

A 3^a Emissão de Debêntures simples pública possui Rating brAA+ pela S&P Global Ratings e é caracterizada como “Debêntures Verdes” com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem, com base nas diretrizes do Green Bond Principles de junho de 2018. A Emissão é Negociada no mercado secundário pelo código CELU13.

b) 4^a Emissão de Debêntures simples privada

Conforme Ata de Reunião do Conselho de 02 de março de 2021 foi aprovada a 4^a Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 60.000. As debêntures possuem vencimento final em 15 dezembro de 2029 e serão amortizadas em 8 parcelas semestrais a partir de 15 de junho de 2026.

Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, para os quais a Emissora possui ou venha a possuir, conforme as normas atualmente em vigor, licença e/ou autorização ambiental válida, vigente e/ou eficaz, conforme aplicável e exigido pela Legislação Socioambiental.

A 4^a Emissão de Debêntures simples privada possui Rating brAA+ pela S&P Global Ratings e é caracterizada como “Debêntures Verdes” com base em Parecer de Segunda Opinião emitido pela consultoria especializada SITAWI Finanças do Bem, com base nas diretrizes do Green Bond Principles de junho de 2018.

Circulante	<u>Emissão</u>	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			30.09.21	31.12.20
Em moeda nacional				
3ª Emissão de Debêntures	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	6.872	11.968
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50% a.a	4.196	-
Total do circulante			11.068	11.968
Não Circulante				
Em moeda nacional				
3ª Emissão de Debêntures	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	499.050	496.869
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	IPCA + 5,50% a.a	59.559	-
Total do não circulante			558.609	496.869
			569.677	508.837

	<u>Vencimentos a longo prazo:</u>	Controladora e Consolidado	
		30.09.21	31.12.20
	2023	166.350	165.623
	2024	166.350	165.623
	2025	166.350	165.623
	2026 em diante	59.559	-
		558.609	496.869

a) Cronograma de amortização dos custos de captação

	<u>Emissão</u>	2021	2022	2023	a partir 2024	Total
Em moeda nacional						
3ª Emissão de Debêntures	19.07.19	706	2.968	2.742	2.421	8.837
4ª Emissão de Debêntures	03.03.21	9	47	62	367	485
Total moeda nacional		715	3.015	2.804	2.788	9.322

b) Garantias

- i) A 3ª Emissão de Debêntures simples pública conta com garantias, conforme segue:
 - Alienação fiduciária de ativos florestais (6.740,39 hectares de plantações comerciais de madeira, incluindo plantações de Pinus e Eucaliptos).
 - Alienação fiduciária da Planta de Celulose e Papel localizada na Vila Campina da Alegria, Vargem Bonita.
 - Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Emissora, localizados na referida planta.
 - Alienação fiduciária de propriedades rurais (terrás), localizadas nas cidades de Ponte Serrada, Catanduvas, Água Doce, Irani e Vargem Bonita.
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de vendas no valor de R\$ 50.000.
- ii) A 4ª Emissão de Debêntures simples privada conta com garantias, conforme segue:
 - Alienação fiduciária de propriedades da Emissora, localizadas na cidade de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais (Planta de Papel).

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Emissora, localizados na referida planta.

c) Cláusulas Financeiras Restritivas

Em 30 de setembro de 2021 não houve a necessidade de medição dos índices financeiros, tendo em vista que os mesmos são medidos anualmente, conforme previsto contratualmente. Os índices financeiros apurados no último exercício estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

18. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Interno	130.259	107.694	131.172	108.695
Externo	1.574	400	1.574	400
Partes relacionadas	13.558	11.767	-	-
	<u>145.391</u>	<u>119.861</u>	<u>132.746</u>	<u>109.095</u>

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Créditos a receber		Contas a pagar	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Habitasul Florestal S.A.	-	-	5.443	1.710
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	8.117	10.057
Remuneração dos administradores	-	-	995	2.676
Participação dos administradores	-	-	17.889	8.085
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	20	18
Companhia Habitasul de Participações	242	61	-	-
Irani Soluções para E-Commerce	22	-	-	-
Irani Participações S/A	-	2.495	-	-
Total	<u>264</u>	<u>2.556</u>	<u>32.464</u>	<u>22.546</u>
Parcela circulante	264	2.556	32.464	22.546

Controladora	Receitas		Despesas		Receitas		Despesas	
	Periodo de 3 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Periodo de 3 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Periodo de 9 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Periodo de 9 meses findos em 30.09.21	30.09.20
Companhia Com de Imóveis	-	-	-	34	-	-	-	102
Companhia Habitasul de Participações	660	183	-	-	1.720	244	-	-
Habitasul Florestal S.A.	-	-	3.341	1.306	-	-	14.718	5.941
Iraflor - Com de Madeiras Ltda	-	-	2.376	666	-	-	11.093	4.165
Irani Soluções para E-Commerce	30	-	-	-	96	-	-	-
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	461	340	-	-	1.383	1.004
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	461	340	-	-	1.383	1.004
Irani Participações S/A	-	-	-	236	-	-	-	1.260
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	60	54	-	-	200	162
Participação dos administradores	-	-	7.336	3.129	-	-	13.006	3.129
Remuneração dos administradores	-	-	3.055	2.748	-	-	8.969	8.075
Total	690	183	17.090	8.853	1.816	244	50.752	24.842

Consolidado	Créditos a receber		Contas a pagar	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	20	18
Remuneração dos administradores	-	-	995	2.676
Participação dos administradores	-	-	17.889	8.085
Companhia Habitasul de Participações	242	61	-	-
Irani Participações S/A	-	2.495	-	-
Total	264	2.556	18.904	10.779
Parcela circulante	264	2.556	18.904	10.779

Consolidado	Receitas		Despesas		Receitas		Despesas	
	Periodo de 3 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Periodo de 3 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Periodo de 9 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Periodo de 9 meses findos em 30.09.21	30.09.20
Irani Participações S/A	-	-	-	236	-	-	-	1.260
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	461	340	-	-	1.383	1.004
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	461	340	-	-	1.383	1.004
Companhia Habitasul de Participações	660	183	-	-	1.720	244	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	3.070	2.763	-	-	9.014	8.120
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	60	54	-	-	200	162
Companhia Com de Imóveis	-	-	-	34	-	-	-	102
Participação dos administradores	-	-	7.336	3.129	-	-	13.006	3.129
Total	660	183	11.388	6.896	1.720	244	24.986	14.781

Os débitos junto à controlada Habitasul Florestal S.A. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima, a preços e prazos em condições de mercado estabelecidas entre as partes. Essas operações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

Os débitos junto à controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima a preços e prazos em condições de mercado estabelecidas entre as partes. Essas operações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. e PFD Administradora de Imóveis Ltda, corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 em condições de mercado e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à cada uma das partes relacionadas a partir de março 2021 é de R\$ 169. O contrato é reajustado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas, esses contratos estão reconhecidos como arrendamento conforme nota

explicativa nº 33. Essa operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais e incluindo benefícios, totalizaram na controladora R\$ 8.969 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 8.075 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) e no consolidado R\$ 9.014 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 8.120 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2021 no valor máximo de R\$ 17.000.

As despesas com participação dos administradores decorrem de previsão estatutária conforme Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, limitado a 10% (dez por cento) dos lucros, ou a sua remuneração anual, se este limite for menor. As despesas com participação dos administradores deliberadas pelo Conselho de Administração, totalizaram na controladora e consolidado R\$ 13.006 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 (R\$ 3.129 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020).

O débito junto a Irani Participações S.A. correspondia à contrato de remuneração de garantia (aval), e ao contrato de prestação de serviços de apoio as atividades societárias da Companhia. Ambos os contratos foram distratados ao final de 2020 e não estão mais vigentes desde 01 de janeiro de 2021.

O valor a receber da Irani Participações S.A referia-se a contrato assinado entre a Companhia e a Koch Metalúrgica S.A. que, em 24 de dezembro de 2018 transferiu-o para a Irani Participações S.A. O contrato referia-se a promessa de cessão parcial de direitos e obrigações contratuais de parte de imóvel (terrenos e edificações) localizados em Cachoeirinha – RS, no montante total de R\$ 4.500, a serem pagos em 30 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 150 cada uma, com juros de 1% ao mês mais IGPM, vencendo-se a primeira em 24 de junho de 2019 e a última em 24 de outubro de 2021. O contrato foi liquidado antecipadamente em maio de 2021. Essa operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

O valor a receber junto a Companhia Habitasul de Participações (“CHP”) decorre de convênio de compartilhamento de custos em decorrência do reembolso de serviços de profissionais alocados em áreas de apoio e/ou administrativas, com revisões dos valores semestralmente. Essa operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia conforme previsto na política de Transações com Partes Relacionadas.

20. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Circulante				
Parcelamento PIS	1.277	1.252	1.277	1.252
Parcelamento COFINS	5.879	5.764	5.879	5.764
Parcelamento IPI	1.063	1.143	1.063	1.143
Parcelamento ICMS	685	671	685	671
	8.904	8.830	8.904	8.830
Não Circulante				
Parcelamento PIS	957	1.877	957	1.877
Parcelamento COFINS	4.410	8.648	4.410	8.648
Parcelamento IPI	2.557	3.194	2.557	3.194
Parcelamento ICMS	1.857	2.320	1.857	2.320
	9.781	16.039	9.781	16.039
Total dos parcelamentos	18.685	24.869	18.685	24.869

Trata-se principalmente de parcelamento de PIS e COFINS em que a Companhia realizou compensações com origem na exclusão do ICMS da base das referidas contribuições. A Companhia mantinha provisão para contingências em relação ao assunto, e em função da demora e da indecisão referente à modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu parcelamento. O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), sendo este parcelado em 60 meses.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou a reversão da provisão para contingências tributárias reconhecidas em 2017, referente a crédito de IPI originalmente reconhecido a maior. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.548 (R\$ 4.864 atualizado com multa e juros).

No segundo trimestre de 2020, a Companhia parcelou em 60 meses débitos de ICMS com o Estado de São Paulo, referente as competências de março a maio de 2020. O montante total do imposto levado a parcelamento foi de R\$ 3.174 (R\$ 3.371 atualizado com multa e juros).

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Provisões cíveis	2.742	2.252	2.742	2.252
Provisões trabalhistas	4.964	5.407	5.432	5.777
Provisões tributárias	11.415	10.011	11.415	10.011
Total	19.121	17.670	19.589	18.040

Detalhamento das movimentações das provisões:

	Controladora		Depósitos judiciais vinculados		31.12.20
	01.01.20	Provisão	Pagamentos	Reversão	
Cível	1.873	433	(54)	-	2.252
Trabalhista	5.202	1.483	(1.312)	(70)	5.407
Tributária	16.702	1.731	-	(8.422)	10.011
	<u>23.777</u>	<u>3.647</u>	<u>(1.366)</u>	<u>(8.492)</u>	<u>17.670</u>
Consolidado	Depósitos judiciais vinculados		31.12.20		
	01.01.20	Provisão	Pagamentos	Reversão	
Cível	2.353	433	(534)	-	2.252
Trabalhista	5.625	1.512	(1.335)	(129)	5.777
Tributária	16.702	1.731	-	(8.422)	10.011
	<u>24.680</u>	<u>3.676</u>	<u>(1.869)</u>	<u>(8.551)</u>	<u>18.040</u>
Controladora	Depósitos judiciais vinculados		30.09.21		
	01.01.21	Provisão	Pagamentos	Reversão	
Cível	2.252	490	-	-	2.742
Trabalhista	5.407	848	(1.209)	(122)	4.964
Tributária	10.011	2.923	-	(1.519)	11.415
	<u>17.670</u>	<u>4.261</u>	<u>(1.209)</u>	<u>(1.641)</u>	<u>19.121</u>
Consolidado	Depósitos judiciais vinculados		30.09.21		
	01.01.21	Provisão	Pagamentos	Reversão	
Cível	2.252	490	-	-	2.742
Trabalhista	5.777	1.186	(1.419)	(152)	5.432
Tributária	10.011	2.923	-	(1.519)	11.415
	<u>18.040</u>	<u>4.599</u>	<u>(1.419)</u>	<u>(1.671)</u>	<u>19.589</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de perdas e danos e rescisões contratuais de representação comercial. Em 30 de setembro de 2021, havia no consolidado o valor de R\$ 2.742 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado no consolidado o valor de R\$ 5.432 em 30 de setembro de 2021 e, acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.
- c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 11.415 em 30 de setembro de 2021, e se referem principalmente à:
 - i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, o qual não foi iniciado pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 7.856, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 10.126.
 - ii) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 888. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	30.09.21	31.12.20
Contingências trabalhistas	32.448	32.681
Contingências cíveis	8.357	6.407
Contingências tributárias	138.889	134.651
	<u>179.694</u>	<u>173.739</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 32.448 em 30 de setembro de 2021. Parte do montante, refere-se principalmente a processos trabalhistas decorrentes do encerramento das atividades da unidade de Vila Maria - SP (operação descontinuada) em 2019, e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidentes de trabalho e pedidos de vínculo trabalhista com a Irani, por funcionários de prestadores de serviços). Tais processos encontram-se em diversas fases processuais de andamento.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 8.357 em 30 de setembro de 2021 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 138.889 em 30 de setembro de 2021 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina e do Estado de São Paulo, oriundos supostamente de crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas naqueles Estado, com valor em 30 de setembro de 2021 de R\$ 45.230. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referentes a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos supostamente de crédito tributário indevido, com valor em 30 de setembro de 2021 de R\$ 38.227. A Companhia contesta os referidos autos administrativa e judicialmente e aguarda respectivos julgamentos.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de Notificações Fiscais que versam sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais e compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia e processo referente a auto de infração de INSS oriundo de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 30 de setembro de 2021 o valor de R\$ 15.081. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Processo Administrativo referente a Autos de Infração oriundo de compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações com valor em 30 de setembro de 2021 de R\$ 6.215. A Companhia discute judicialmente a referida notificação fiscal.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ e CSLL oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 30 de setembro de 2021 de R\$ 3.305. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Notificação Fiscal que tem por objeto aplicação de multa relativa ao IRPJ e CSLL dos exercícios 2015 a 2018, decorrentes de exclusões supostamente indevidas sobre o lucro líquido de cada período. A Receita Federal do Brasil entendeu que as reduções, com aumento do prejuízo fiscal, tiveram origem em amortização fiscal de ágio, sem respaldo legal.

O processo se encontra suspenso em virtude de a Companhia ter apresentado a respectiva impugnação administrativa, pela qual aguarda julgamento. O valor da multa aplicada na Notificação Fiscal é de R\$ 296. Caso a Companhia não obtenha êxito haverá reflexo adicional de reversão de prejuízo fiscal pela amortização do ágio utilizado no período, que resulta em redução de aproximadamente R\$ 19.551 de IRPJ e CSLL ativo sobre o valor amortizado do ágio.

Contingências tributárias ativas:

- No dia 07 de junho de 2021, o STF encerrou o julgamento virtual do tema n. 304, em sede de repercussão geral, declarando inconstitucionais os artigos. 47 e 48 da Lei 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS e COFINS na aquisição de insumos recicláveis. A Companhia ajuizou em 2015 o Mandado de Segurança Preventivo nº 5035028-10.2015.4.04.7100, visando o direito de utilizar créditos de PIS e COFINS oriundos das aquisições de “desperdícios, resíduos e aparas” em razão da inconstitucionalidade do art. 47 da Lei nº 11.196/05. A referida medida judicial teve Recurso Extraordinário perante o STF admitido e diante do assunto estar sendo tratado em sede de Repercussão Geral no Tema nº 304, determinou a devolução do processo da Companhia ao TRF4 para aguardar, suspenso, até o julgamento do “*leading case*”. Assim, a Companhia protocolou, em 23 de agosto de 2021 perante o TRF4, um Pedido de Retratação para adequação do acórdão proferido no processo nº 5035028-10.2015.4.04.7100 à Decisão do STF, o qual aguarda análise. A Companhia estima o ganho da referida ação entre R\$ 148.000 e R\$ 165.000, líquidos de honorários advocatícios, considerando o período de cinco anos anteriores ao ajuizamento da Ação e que não haverá modulação de efeitos que afete o direito da Companhia. O referido valor poderá sofrer alterações em razão da inexistência de decisão final na ação movida pela Companhia, bem como em caso de existência de modulação de efeitos no âmbito do “*leading case*”. O referido processo ativo, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, possui probabilidade de êxito provável, caracterizando-se como um ativo contingente. Por tratar-se de um ativo

contingente, e não atender ao critério de “praticamente certo” previsto no CPC 25/IAS 37, item 33, o ganho estimado na ação não foi reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 566.895 (R\$ 566.895 em 31 de dezembro de 2020), composto em 30 de setembro de 2021 por 256.720.235 ações ordinárias sem valor nominal (256.720.235 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020).

Através de reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de julho de 2020, foi aprovada a realização de oferta pública com esforços restritos de colocação de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Oferta Restrita”).

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de julho de 2020, foram aprovados a fixação do preço por ação de R\$ 4,50, bem como o efetivo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$ 405.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 90.000.000 novas ações ordinárias da Companhia, bem como a sua homologação, no âmbito da Oferta Restrita.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$ 566.895, representado por 256.720.235 ações, sendo 243.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor do capital social, líquido dos custos com emissões de ações de R\$ 22.961 é de R\$ 543.934 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 543.934 em 31 de dezembro de 2020).

Em 08 de outubro de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado, bem como a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, e a reforma global do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo aos requisitos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e para incorporar os demais ajustes detalhados na proposta da Administração, com sua respectiva consolidação, cuja vigência é condicionada à aprovação da migração da Companhia ao Novo Mercado pela B3.

Também em 08 de outubro de 2020 foi ratificada pela Assembleia Geral Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma)

ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial, com direito de recesso de 30 dias a partir de 13 de outubro de 2020 aos acionistas titulares de ações preferenciais que se abstiveram de votar, dissentiram da deliberação ou não compareceram à Assembleia Geral Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais.

b) Remuneração dos acionistas

i) Dividendos intercalares

O Conselho de Administração aprovou em 05 de agosto de 2021, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no segundo trimestre de 2021, no montante de R\$ 16.441, correspondentes a R\$ 0,064642 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 10 de agosto de 2021, pagos em 25 de agosto de 2021. Os Dividendos Intercalares – 2º Trimestre distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2021, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou em 10 de maio de 2021, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no primeiro trimestre de 2021, no montante de R\$ 12.885, correspondentes a R\$ 0,050658 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 11 de maio de 2021, pagos em 25 de maio de 2021. Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2021, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração aprovou em 01 de março de 2021, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a distribuição de dividendos intercalares sobre os resultados apurados no quarto trimestre de 2020, no montante de R\$ 10.361, correspondentes a R\$ 0,040738 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 04 de março de 2021, pagos em 18 de março de 2021. Os Dividendos Intercalares – 4º Trimestre distribuídos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovou as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2020, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia.

ii) Dividendos adicionais propostos

Em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas na data de 28 de abril de 2021, foram aprovados dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no valor total de R\$ 24.576, sendo o dividendo por ação o valor de R\$ 0,096624, pagos em 20 de maio de 2021.

c) Ações em tesouraria

	Controladora			
	30.09.21		31.12.20	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	2.352.116	6.804	2.352.116	6.804
	<u>2.376.116</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.116</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012 e da conversão das ações preferenciais em ordinárias em 08 de outubro de 2020. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2019.

Em 27 de setembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia um novo Programa de Recompra de ações de emissão da Companhia que passará a vigorar a partir de 01 de outubro de 2021 e término em 31 de março de 2023, com limite de aquisição de até 8.216.880 (oito milhões duzentos e dezesseis mil e oitocentos e oitenta) ações ordinárias, representativas de 7,76% (sete vírgula setenta e seis por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação. O Programa de Recompra tem como objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia. A Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria ou posterior alienação e/ou cancelamento. Caberá à Diretoria Executiva, caso as condições econômicas e o valor da cotação das ações em bolsa de valores permitam, efetivar (ou não) a aquisição em quantidade e preços adequados, observados os limites previstos no programa ora aprovado e na regulação aplicável.

d) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

- i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.
- ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.
- iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.
- iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos na modernização e ampliação da capacidade de produção de papel em Minas Gerais e ampliação da unidade industrial localizada em Santa Catarina, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituído em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida à base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 30 de setembro de 2021 corresponde a um saldo credor de R\$ 148.049 (R\$ 154.759 em 31 de dezembro de 2020).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	<u>163.704</u>
Realização - custo atribuído	<u>(8.945)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>154.759</u>
Realização - custo atribuído	<u>(6.710)</u>
Em 30 de setembro de 2021	<u>148.049</u>

23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação. A média ponderada da quantidade de ações é calculada considerando o total de ações de 256.720.235, diminuídas as ações em tesouraria que são 2.376.116 ações, o que representa 254.344.119 ações.

a) Resultado básico e diluído:

Controladora e Consolidado	Período de 3 meses findos em 30.09.21		
	Ações ON Ordinárias	Ações ON Total	
Média ponderada da quantidade de ações			
Lucro do período atribuível	254.344.119	254.344.119	
a cada espécie de ações	97.595	97.595	
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,3837</u>		

Controladora e Consolidado	Período de 3 meses findos em 30.09.20		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Prefeenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	223.116.744	10.458.160	233.574.904
Lucro do período atribuível			
a cada espécie de ações	24.414	1.144	25.558
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,1094</u>	<u>0,1094</u>	

Controladora e Consolidado	Período de 9 meses findos em 30.09.21		
	Ações ON Ordinárias	Ações ON Total	
Média ponderada da quantidade de ações	254.344.119	254.344.119	
Lucro do período atribuível			
a cada espécie de ações	221.989	221.989	
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,8728</u>		

Controladora e Consolidado	Período de 9 meses findos em 30.09.20		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Prefeenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	176.962.898	10.458.160	187.421.058
Lucro do período atribuível			
a cada espécie de ações	55.560	3.284	58.844
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,3140</u>	<u>0,3140</u>	

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Período de 9 meses findos em 30.09.21	30.09.20
Receita bruta de vendas de produtos	551.881	333.097	1.517.891	930.519
Impostos sobre as vendas	(116.686)	(70.212)	(317.904)	(186.279)
Devoluçãoes de vendas	(4.364)	(2.516)	(12.240)	(8.373)
Receita líquida de vendas	430.831	260.369	1.187.747	735.867

	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Período de 9 meses findos em 30.09.21	30.09.20
Receita bruta de vendas de produtos	553.631	334.156	1.522.185	933.496
Impostos sobre as vendas	(116.791)	(70.272)	(318.155)	(186.445)
Devoluçãoes de vendas	(4.372)	(2.521)	(12.264)	(8.381)
Receita líquida de vendas	432.468	261.363	1.191.766	738.670

As receitas da Companhia são reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas, o que geralmente ocorre quando os produtos são entregues aos clientes nas vendas para o mercado interno ou no embarque dos produtos vendidos nas vendas para o mercado externo. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 31.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em 30.09.21	30.09.20	Período de 9 meses findos em 30.09.21	30.09.20
Custos fixos e variáveis (materias primas e materias de consumo)	(226.014)	(141.326)	(650.144)	(384.948)
Gastos com pessoal	(37.514)	(32.845)	(107.013)	(97.282)
Variação valor justo dos ativos biológicos	11.549	1.973	24.091	6.865
Depreciação, amortização e exaustão	(18.433)	(17.942)	(54.349)	(50.343)
Fretes de vendas	(14.545)	(13.724)	(41.459)	(37.703)
Contratação de serviços	(9.445)	(8.824)	(26.369)	(28.396)
Outras despesas com vendas	(14.530)	(10.443)	(35.489)	(30.178)
Total custos e despesas por natureza	<u>(308.932)</u>	<u>(223.131)</u>	<u>(890.732)</u>	<u>(621.985)</u>
 Custo dos produtos vendidos	 (266.282)	 (182.387)	 (772.052)	 (510.350)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	11.549	1.973	24.091	6.865
Com vendas	(28.969)	(24.218)	(76.922)	(67.139)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber	(106)	51	(26)	(742)
Gerais e administrativas	(25.124)	(18.550)	(65.823)	(50.619)
 Consolidado	 Período de 3 meses findos em 30.09.21	 30.09.20	 Período de 9 meses findos em 30.09.21	 30.09.20
Custos fixos e variáveis (materias primas e materias de consumo)	(219.526)	(140.037)	(624.935)	(375.641)
Gastos com pessoal	(41.868)	(35.105)	(116.853)	(104.511)
Variação valor justo ativos biológicos	14.855	733	40.735	8.819
Depreciação, amortização e exaustão	(22.405)	(18.957)	(66.816)	(55.497)
Fretes de vendas	(14.545)	(13.339)	(42.444)	(37.783)
Contratação de serviços	(9.445)	(9.256)	(27.434)	(29.861)
Outras despesas com vendas	(15.104)	(11.213)	(35.951)	(31.001)
Total custos e despesas por natureza	<u>(308.038)</u>	<u>(227.174)</u>	<u>(873.698)</u>	<u>(625.475)</u>
 Custo dos produtos vendidos	 (267.426)	 (184.283)	 (768.550)	 (513.431)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.855	733	40.735	8.819
Com vendas	(29.593)	(24.485)	(78.419)	(67.647)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber	(56)	(67)	24	(1.137)
Gerais e administrativas	(25.818)	(19.072)	(67.488)	(52.079)

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Receita de bens sinistrados e alienados		375	285	1.430
Receita de venda de ativos		1.140	-	7.900
Crédito de carbono		297	-	297
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios.		2.365	-	2.365
Ganho ação exclusão ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS		-	9.352	-
Outras receitas operacionais		1.470	943	3.892
		5.647	10.580	15.884
				13.904
Despesas	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Custo dos bens sinistrados e alienados		-	(193)	(291)
Custo de venda de ativos		(2.316)	-	(5.735)
Provisão de subvenção governamental Estado MG		(494)	(354)	(1.052)
Outras despesas operacionais		(659)	(589)	(1.704)
		(3.469)	(1.136)	(8.782)
				(4.102)
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais		2.178	9.444	7.102
				9.802
Receitas	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Receita de bens sinistrados e alienados		375	285	1.430
Receita de venda de ativos		1.140	-	7.900
Credito de carbono		297	-	297
Crédito de ação judicial sobre juros abusivos SP - Precatórios.		2.365	-	2.365
Ganho ação exclusão ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS		-	9.352	-
Outras receitas operacionais		1.473	946	3.900
		5.650	10.583	15.892
				13.917
Despesas	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Custo dos bens sinistrados e alienados		-	(193)	(291)
Custo de venda de ativos		(2.316)	-	(5.735)
Provisão de subvenção governamental Estado MG		(494)	(354)	(1.052)
Outras despesas operacionais		(651)	(589)	(1.698)
		(3.461)	(1.136)	(8.776)
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais		2.189	9.447	7.116
				9.805

A receita de venda de ativos refere-se a venda de ativos da operação descontinuada.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.363	1.739	8.943	2.703
Juros	2.007	7.290	3.052	9.468
Descontos obtidos	93	67	205	423
	6.463	9.096	12.200	12.594
Variação cambial				
Variação cambial ativa	17.124	4.770	27.700	10.879
Variação cambial passiva	(14.776)	(5.603)	(29.550)	(12.695)
Variação cambial líquida	2.348	(833)	(1.850)	(1.816)
Despesas financeiras				
Juros	(16.772)	(18.817)	(40.251)	(55.496)
Descontos concedidos	(110)	(97)	(222)	(268)
Deságios/despesas bancárias	(131)	(239)	(472)	(716)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(530)	(516)	(1.591)	(1.553)
Outros	(301)	(827)	(567)	(2.016)
	(17.844)	(20.496)	(43.103)	(60.049)
Resultado financeiro líquido		(9.033)	(12.233)	(32.753)
				(49.271)
	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.568	1.744	9.362	2.720
Juros	2.007	7.295	3.052	9.473
Descontos obtidos	95	68	208	444
	6.670	9.107	12.622	12.637
Variação cambial				
Variação cambial ativa	17.124	4.770	27.700	10.879
Variação cambial passiva	(14.776)	(5.603)	(29.550)	(12.695)
Variação cambial líquida	2.348	(833)	(1.850)	(1.816)
Despesas financeiras				
Juros	(16.772)	(17.887)	(40.255)	(54.350)
Descontos concedidos	(110)	(97)	(263)	(268)
Deságios/despesas bancárias	(133)	(250)	(475)	(730)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(530)	(516)	(1.591)	(1.553)
Outros	(301)	(827)	(567)	(2.016)
	(17.846)	(19.577)	(43.151)	(58.917)
Resultado financeiro líquido		(8.828)	(11.303)	(32.379)
				(48.096)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Controladora	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários		117.589	292.081	74.391
Aliquota básica		34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica		(39.980)	(10.892)	(99.308)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial		865	7.044	(7)
Despesas indedutíveis		(240)	(95)	(691)
Constituição (reversão) incentivos fiscais		(6)	(37)	3
Outras Adições/excluções líquidas não reconhecidas (IR e CSLL ativo)		-	485	2.535
Não incidência de IR e CSLL sobre taxa Selic na repetição de indébito		25.197	-	25.197
Outras diferenças permanentes		(5.830)	4.883	(2.337)
		(19.994)	(6.477)	7.767
				(70.092)
				(15.547)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.205)	(7.179)	(36.744)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(16.789)	702	(33.348)
Taxa efetiva - %		17,0	20,2	24,0
				20,9
	Consolidado		Consolidado	
	Período de 3 meses findos em	30.09.21	Período de 9 meses findos em	30.09.20
Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários		117.791	292.805	74.904
Aliquota básica		34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica		(40.049)	(10.993)	(99.554)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Despesas indedutíveis		(240)	(95)	(691)
Constituição (reversão) incentivos fiscais		(6)	(37)	3
Outras Adições/excluções líquidas não reconhecidas (IR e CSLL ativo)		-	485	2.535
Diferença de tributação (empresas controladas)		663	(1.119)	6.320
Não incidência de IRPJ e CSLL sobre taxa Selic na repetição de indébito		25.197	-	25.197
Outras diferenças permanentes		(5.761)	4.984	(2.091)
		(20.196)	(6.775)	7.941
				(70.816)
				(16.060)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.310)	(7.521)	(36.977)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(16.886)	746	(33.839)
Taxa efetiva - %		17,1	21,0	24,2
				21,4

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 347.112. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 16 e nº 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e aplicações financeiras), conforme detalhado na nota explicativa nº 5, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22).

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 30% a 50% de capital próprio e 70% a 50% de capital de terceiros. A estrutura de capital em 30 de setembro de 2021 foi de 60% capital próprio e 40% capital de terceiros.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	Controladora	Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21
	31.12.20		31.12.20
Dívida (a)	635.739	588.232	635.739
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(343.162)</u>	<u>(327.681)</u>	<u>(363.177)</u>
Dívida Líquida	<u>292.577</u>	<u>260.551</u>	<u>272.562</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>954.241</u>	<u>786.154</u>	<u>954.245</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,31</u>	<u>0,33</u>	<u>0,29</u>
			<u>0,31</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 16 e nº 17.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e saldos de bancos	5	21.705	35.709	41.720	54.260
Custo amortizado					
Aplicações Financeiras	5	321.457	291.972	321.457	291.972
Conta a receber de clientes	6	280.982	205.572	281.299	206.643
Outras contas a receber	9	6.724	6.484	6.946	6.617
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	16	66.062	79.395	66.062	79.410
Debêntures	17	569.677	508.837	569.677	508.837
Fornecedores	18	145.391	119.861	132.746	109.095
Adiantamento de clientes		3.663	6.377	3.721	6.407
Passivo de arrendamento	33	23.748	21.103	23.748	21.103
Parcelamentos tributários	20	18.685	24.869	18.685	24.869
Dividendo e JCP a pagar		358	10.467	358	10.467
Outras contas a pagar		17.376	12.487	17.680	12.758

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, essas operações apresentaram exposição líquida conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.21	31.12.20	30.09.21	31.12.20
Contas a receber	38.360	22.875	38.360	22.875
Adiantamento de clientes	(1.278)	(2.468)	(1.278)	(2.468)
Fornecedores	(1.574)	(400)	(1.574)	(400)
Adiantamento à fornecedores	27.679	-	27.679	-
Empréstimos e financiamentos	(27.487)	(21.506)	(27.487)	(21.506)
Exposição líquida	<u>35.700</u>	<u>(1.499)</u>	<u>35.700</u>	<u>(1.499)</u>

A Companhia mantém operações em moeda estrangeira que tem por objetivo fazer frente as eventuais variações do saldo das exportações.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de dezembro de 2021).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de dezembro de 2021.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Saldo 30.09.21 US\$	Cenário base Ganho (perda) R\$		Cenário adverso Ganho (perda) R\$		Cenário remoto Ganho (perda) R\$	
		Taxa		Taxa		Taxa	
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	7.052	5,53	610	6,91	10.353	8,29	20.098
Adiantamento a fornecedores	5.089	5,53	440	6,91	7.471	8,29	14.504
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(524)	5,53	(45)	6,91	(769)	8,29	(1.493)
Empréstimos e financiamentos	(5.053)	5,53	(437)	6,91	(7.418)	8,29	(14.401)
Efeito líquido			<u>568</u>		<u>9.637</u>		<u>18.708</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 30 de setembro de 2021 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações.

Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme a seguir:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de dezembro de 2021). A TJLP é obtida do BNDES e o IPCA do Boletim Focus.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de dezembro de 2021.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de dezembro de 2021.

Operação	Indexador	Saldo 30.09.21	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Ganho (Perda)	Taxa % a.a	R\$	Ganho (Perda)	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras								
CDB	CDI	353.468	7,31%	4.187	9,14%	10.785	10,97%	17.382
Captações								
Capital de Giro	CDI	(551.656)	7,31%	(6.862)	9,14%	(17.675)	10,97%	(28.488)
Capital de Giro	IPCA	(64.239)	8,58%	1.133	10,73%	(320)	12,87%	(1.773)
Finame	TLP	(164)	5,32%	(1)	6,65%	(3)	7,98%	(5)
Finame	SELIC	(465)	7,31%	(5)	9,14%	(14)	10,97%	(23)
Efeito Líquido no Resultado					(1.548)		(7.227)	
								(12.907)

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados a seguir para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de contas a receber e contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures - considerando as dívidas, informações de mercado e as taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, o valor justo em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 715.917. A

Companhia utilizou como técnica de avaliação fluxos de caixa descontados, considerando o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco da Companhia. O valor justo apurado é de nível 2, na hierarquia do valor justo.

Riscos de crédito

As vendas a prazo da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. As perdas de crédito esperadas estão adequadamente cobertas por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 30 de setembro de 2021 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos.

Controladora	2021	2022	2023	2024	acima 2024
Passivos					
Fornecedores	131.655	13.736	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.550	63.782	396	50	-
Debêntures	10.757	35.248	190.111	182.688	242.240
Parcelamentos tributários	4.452	3.434	7.604	2.490	705
Adiantamento de clientes	3.663	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.928	4.748	4.748	4.748	4.576
Dividendos e JCP a pagar	358	-	-	-	-
Outras contas a pagar	17.317	59	-	-	-
	<u>175.680</u>	<u>121.007</u>	<u>202.859</u>	<u>189.976</u>	<u>247.521</u>

Consolidado	2021	2022	2023	2024	acima 2024
Passivos					
Fornecedores	119.010	13.736	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.550	63.782	396	50	-
Debêntures	10.757	35.248	190.111	182.688	242.240
Parcelamentos tributários	4.452	3.434	7.604	2.490	705
Adiantamento de clientes	3.721	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.928	4.748	4.748	4.748	4.576
Dividendos e JCP a pagar	358	-	-	-	-
Outras contas a pagar	17.621	59	-	-	-
	<u>163.397</u>	<u>121.007</u>	<u>202.859</u>	<u>189.976</u>	<u>247.521</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados (passivos financeiros não derivativos) estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia possui três divisões estratégicas principais, seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os produtos e segmentos operacionais definidos.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria e Embalagem SP - Indaiatuba.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	Período de 3 meses findos em 30.09.21				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	245.339	119.361	2.742	6	367.448
Mercado externo	-	19.268	45.752	-	65.020
Receita líquida de vendas totais	<u>245.339</u>	<u>138.629</u>	<u>48.494</u>	<u>6</u>	<u>432.468</u>
Variação valor justo ativo biológico	-	19.412	(4.557)	-	14.855
Custo dos produtos vendidos	<u>(160.059)</u>	<u>(73.477)</u>	<u>(33.685)</u>	<u>(205)</u>	<u>(267.426)</u>
Lucro bruto	85.280	84.564	10.252	(199)	179.897
Despesas operacionais	(18.093)	(10.062)	(4.647)	(20.476)	(53.278)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>67.187</u>	<u>74.502</u>	<u>5.605</u>	<u>(20.675)</u>	<u>126.619</u>
Resultado financeiro	(4.209)	(6.107)	1.483	5	(8.828)
Resultado operacional líquido	<u>62.978</u>	<u>68.395</u>	<u>7.088</u>	<u>(20.670)</u>	<u>117.791</u>
Depreciação e Amortização	(4.078)	(12.557)	(387)	(558)	(17.580)

	Consolidado				
	Período de 3 meses findos em 30.09.20				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Receita líquida de vendas					
Mercado interno	148.869	70.547	1.348	-	220.764
Mercado externo	-	24.091	16.508	-	40.599
Receita líquida de vendas totais	148.869	94.638	17.856	-	261.363
Variação valor justo ativo biológico	-	3.250	(2.517)	-	733
Custo dos produtos vendidos	(110.724)	(59.831)	(13.660)	(68)	(184.283)
Lucro bruto	38.145	38.057	1.679	(68)	77.813
Despesas operacionais	(15.937)	(6.808)	(3.554)	(7.878)	(34.177)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	22.208	31.249	(1.875)	(7.946)	43.636
Resultado financeiro	(5.441)	(5.553)	(309)	-	(11.303)
Resultado operacional líquido	16.767	25.696	(2.184)	(7.946)	32.333
Depreciação e Amortização	(3.817)	(12.632)	(329)	(529)	(17.307)
	Consolidado				
	Período de 9 meses findos em 30.09.21				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	675.073	324.213	6.310	6	1.005.602
Mercado externo	-	59.017	127.147	-	186.164
Receita de vendas para terceiros	675.073	383.230	133.457	6	1.191.766
Receitas entre segmentos	-	-	-	-	-
Vendas líquidas totais	675.073	383.230	133.457	6	1.191.766
Variação valor justo ativo biológico	-	39.570	1.165	-	40.735
Custo dos produtos vendidos	(464.755)	(218.561)	(84.349)	(885)	(768.550)
Lucro bruto	210.318	204.239	50.273	(879)	463.951
Despesas operacionais	(51.848)	(17.359)	(12.447)	(57.113)	(138.767)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	158.470	186.880	37.826	(57.992)	325.184
Resultado financeiro	(15.566)	(15.751)	(1.067)	5	(32.379)
Resultado operacional líquido	142.904	171.129	36.759	(57.987)	292.805
Depreciação e Amortização	(11.965)	(37.436)	(1.157)	(1.636)	(52.194)

	Consolidado				
	Período de 9 meses findos em 30.09.20				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	386.011	201.510	3.367	-	590.888
Mercado externo	-	90.943	56.839	-	147.782
Receita de vendas para terceiros	386.011	292.453	60.206	-	738.670
Variação valor justo ativo biológico	-	12.212	(3.393)	-	8.819
Custo dos produtos vendidos	(289.703)	(179.603)	(43.872)	(253)	(513.431)
Lucro bruto	96.308	125.062	12.941	(253)	234.058
Despesas operacionais	(43.318)	(21.896)	(10.100)	(35.744)	(111.058)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>52.990</u>	<u>103.166</u>	<u>2.841</u>	<u>(35.997)</u>	<u>123.000</u>
Resultado financeiro	(23.284)	(26.604)	1.792	-	(48.096)
Resultado operacional líquido	<u>29.706</u>	<u>76.562</u>	<u>4.633</u>	<u>(35.997)</u>	<u>74.904</u>
Depreciação e Amortização	(10.756)	(33.938)	(1.045)	(1.434)	(47.173)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas corporativas proporcional ao faturamento de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas no período de três meses findo em 30 de setembro de 2021 totalizaram R\$ 432.468 (R\$ 261.363 no período de três meses findo em 30 de setembro de 2020), e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 as receitas líquidas de vendas totalizaram R\$ 1.191.766 (R\$ 738.670 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020).

As receitas líquidas de vendas para o mercado externo no período de três meses findo em 30 de setembro de 2021 totalizaram R\$ 65.020 (R\$ 40.599 período de três meses findo em 30 de setembro de 2020), e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 as receitas líquidas de vendas para o mercado externo totalizaram R\$ 186.164 (R\$ 147.782 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
Período de 3 meses findos em 30.09.21			Período de 3 meses findos em 30.09.20		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Alemanha	9.051	2,09%	China	13.630	5,21%
Argentina	6.341	1,47%	Argentina	5.886	2,25%
Portugal	6.244	1,44%	Arábia Saudita	2.721	1,04%
Índia	6.185	1,43%	Paraguai	2.652	1,01%
EUA	6.003	1,39%	Portugal	2.308	0,88%
Espanha	5.932	1,37%	Índia	1.799	0,69%
Arábia Saudita	4.260	0,99%	Japão	1.642	0,63%
França	2.805	0,65%	Peru	1.525	0,58%
Países Baixos	2.306	0,53%	EUA	1.453	0,56%
África do Sul	2.257	0,52%	Turquia	1.282	0,49%
Chile	2.199	0,51%	Paquistão	855	0,33%
Turquia	2.184	0,51%	México	845	0,32%
Paraguai	2.169	0,50%	Bolívia	769	0,29%
Paquistão	1.958	0,45%	Outros Paises	3.232	1,24%
Peru	1.796	0,42%			
México	1.299	0,30%			
Outros Países	2.031	0,47%			
	65.020	15,04%		40.599	15,52%

Consolidado			Consolidado		
Período de 9 meses findos em 30.09.21			Período de 9 meses findos em 30.09.20		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
China	26.485	2,22%	China	34.046	4,61%
Argentina	20.017	1,68%	Argentina	24.838	3,36%
Portugal	15.796	1,33%	Arábia Saudita	13.133	1,78%
Alemanha	15.275	1,28%	Portugal	7.637	1,03%
Índia	15.160	1,27%	Paraguai	7.160	0,97%
Arábia Saudita	12.249	1,03%	Chile	6.419	0,87%
EUA	8.575	0,72%	África do Sul	5.684	0,77%
França	8.038	0,67%	EUA	5.136	0,70%
Espanha	7.906	0,66%	Japão	4.801	0,65%
Paraguai	6.537	0,55%	Índia	4.157	0,56%
México	6.268	0,53%	Alemanha	3.998	0,54%
Países Baixos	6.187	0,52%	Peru	3.941	0,53%
Paquistão	5.559	0,47%	Irlanda	3.917	0,53%
África do Sul	5.544	0,47%	Outros Paises	22.915	3,10%
Chile	5.292	0,44%			
Peru	5.068	0,43%			
Hong Kong	4.515	0,38%			
Turquia	4.228	0,35%			
Irlanda	3.126	0,26%			
Outros Países	4.339	0,36%			
	186.164	15,62%		147.782	20,00%

As receitas líquidas de vendas para o mercado interno no período de três meses findo em 30 de setembro de 2021 totalizaram R\$ 367.448 (R\$ 220.764 no período de três meses findo em 30 de setembro de 2020), e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 as receitas líquidas de vendas no mercado interno totalizaram R\$ 1.005.602 (R\$ 590.888 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020).

No período de três meses findo em 30 de setembro de 2021, um único cliente representava 5,7% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 13.995. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i) ICMS/SC – Prodec: possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é deferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 11,33% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos (10 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS deferido. Até 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 5.437 (R\$ 9.228 em 31 de dezembro de 2020) de ICMS deferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental de R\$ 5.268 (R\$ 9.068 em 31 de dezembro de 2020).

- ii) ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG.

33. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Saldo em 01.01.20	5.556	13.605	3.264	22.425
Depreciação	(970)	(2.070)	(928)	(3.968)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	579	1.621	523	2.723
Saldo contábil líquido em 31.12.20	<u>5.165</u>	<u>13.156</u>	<u>2.859</u>	<u>21.180</u>
Custo	6.794	17.234	4.244	28.272
Depreciação acumulada	(1.629)	(4.078)	(1.385)	(7.092)
Saldo contábil líquido em 31.12.20	<u>5.165</u>	<u>13.156</u>	<u>2.859</u>	<u>21.180</u>
Saldo em 01.01.21	5.165	13.156	2.859	21.180
Depreciação	(828)	(2.006)	(766)	(3.600)
Adição/baixa de contratos - efeito principal	903	3.750	447	5.100
Saldo contábil líquido em 30.09.21	<u>5.240</u>	<u>14.900</u>	<u>2.540</u>	<u>22.680</u>
Custo	7.697	20.984	4.691	33.372
Depreciação acumulada	(2.457)	(6.084)	(2.151)	(10.692)
Saldo contábil líquido em 30.09.21	<u>5.240</u>	<u>14.900</u>	<u>2.540</u>	<u>22.680</u>

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 12,06% a 14,43% a.a., calculadas considerando a taxa livre de risco (NTN), o *spread* de risco da Companhia, o risco equivalente do país e o risco específico do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 6,5 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Saldo em 01.01.20	5.180	13.700	3.517	22.397
Parcela do arrendamento	(1.610)	(3.180)	(1.272)	(6.062)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	579	1.621	523	2.723
Juros sobre arrendamento	564	1.272	156	1.992
Adição/baixa de contratos - efeito nos juros	-	33	20	53
Saldo contábil líquido em 31.12.20	<u>4.713</u>	<u>13.446</u>	<u>2.944</u>	<u>21.103</u>
Saldo em 01.01.21	4.713	13.446	2.944	21.103
Parcela do arrendamento	(95)	(3.021)	(931)	(4.047)
Adição/baixa de contratos - efeito no principal	903	3.750	447	5.100
Juros sobre arrendamento	415	1.015	162	1.592
Adição/baixa de contratos - efeito nos juros	-	-	-	-
Saldo contábil líquido em 30.09.21	<u>5.936</u>	<u>15.190</u>	<u>2.622</u>	<u>23.748</u>
Curto prazo				4.928
Longo prazo				18.820

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros (não descontados) estão assim distribuídos:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
<u>Vencimentos no longo prazo:</u>	
2022	1.198
2023	4.793
2024	4.680
2025	4.320
2026 em diante	13.656
	28.647

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações. Os efeitos potenciais de PIS/COFINS são apresentados no quadro a seguir:

		Ajustado a valor presente
	Nominal	
Fluxo de caixa		
Contraprestação do arrendamento	37.681	28.113
PIS/COFINS (9,25%)	3.485	2.600

Conforme o ofício circular CVM 02/2019, a Companhia adotou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (fluxo real descontado a taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 não houve renegociações de contratos de arrendamentos.

A Administração avaliou a utilização de fluxos de caixa nominais e taxas nominais, conforme recomendado pela CVM, e concluiu que estes não geram diferenças materiais nas informações apresentadas conforme quadro a seguir:

Controladora e Consolidado	Fluxo real		Fluxo nominal	
	01.01.19	30.09.21	01.01.19	30.09.21
Passivo de arrendamento	41.769	34.552	48.992	38.933
Juros embutidos	(16.147)	(10.804)	(19.687)	(11.024)
	25.622	23.748	29.305	27.909

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 400, reconheceu atualização de créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS no valor de R\$ 502, reconheceu créditos sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC na repetição de indébito no valor de R\$ 25.197, e também efetuou compras de ativo imobilizado e ativo biológico no montante de R\$ 9.010 que foram financiadas diretamente por fornecedores.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 590 e reconheceu créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS e atualização dos mesmos no valor de R\$ 20.192.

35. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento	Passivos	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.19	838.256	1.818	22.397	838.310	1.818	22.397
Alterações que afetam caixa	(261.614)	(10.634)	(3.402)	(261.647)	(10.634)	(3.402)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(10.634)	-	-	(10.634)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(1.849)	-	-	(1.849)
Empréstimos captados	57.908	-	-	57.908	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(256.442)	-	-	(256.475)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(63.080)	-	-	(63.080)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(1.553)	-	-	(1.553)
Alterações que não afetam caixa	63.732	8.894	4.264	63.736	8.894	4.264
Passivo de arrendamento - Adição/baixa no período	-	-	2.776	-	-	2.776
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	63.732	-	-	63.736	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.488	-	-	1.488
Juros sobre capital Próprio	-	8.894	-	-	8.894	-
Saldo em 30.09.20	640.374	78	23.259	640.399	78	23.259
Saldo em 31.12.20	588.232	10.467	21.103	588.247	10.467	21.103
Alterações que afetam caixa	7.125	(64.262)	(4.047)	7.110	(64.262)	(4.047)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(64.262)	-	-	(64.262)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(2.455)	-	-	(2.455)
Empréstimos captados	26.256	-	-	26.256	-	-
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)	59.547	-	-	59.547	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(41.461)	-	-	(41.476)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.217)	-	-	(37.217)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(1.592)	-	-	(1.592)
Alterações que não afetam caixa	40.382	54.153	6.692	40.382	54.153	6.692
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	-	5.100	-	-	5.100
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	40.382	-	-	40.382	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.592	-	-	1.592
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	54.153	-	-	54.153	-
Saldo em 30.09.21	635.739	358	23.748	635.739	358	23.748

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com o novo Programa de Recompra de ações de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração conforme nota explicativa nº 22(c), a Companhia realizou no mês de outubro de 2021 a recompra de 511.300 (quinhentas e onze mil e trezentas) ações ordinárias, pelo preço médio de R\$ 6,28 (seis reais e vinte e oito centavos), no montante total de R\$ 3.211.